



1ª REUNIÃO ONLINE GT2: PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇA – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO – AÇÃO 7 PACTO INFÂNCIA SEGURA + COMITÊ PROTETIVO TJ/PR

Data: 26.02.2021 (Sexta-feira, 14h às 16h)

Pauta: 1- Atividades planejadas e em execução para prevenção de violências contra crianças - primeiro semestre de 2021; 2- Projeto Piloto em Curitiba às vistas de ferramentas de planejamento estratégico e de gestão compartilhada; 3- Otimização do processo 'Fortis' de formação de profissionais da rede de proteção: (educação = prevenção); 4- Outros assuntos de interesse do GT2.

Canal da Reunião: Plataforma Google Meet - <https://meet.google.com/wfu-jvfu-ypr>

Moderação: Cineiva Campoli Paulino Tono (SEJUF/DEJU).

Público-Alvo: Responsáveis técnicos e Representantes da Força-Tarefa Infância Segura/Comitê Protetivo Intersectorial TJ-PR.

Participantes:

SEJUF (Cineiva Campoli Paulino Tono, Jacqueline Monteiro);
SESP PC NUCRIA (Flávio Balan)
SESP Polícia Científica (Conrado Rebessi)
SESA (Amanda Boni);
Rede de Proteção de Curitiba – NRE Curitiba (Maria Isabel Moutinho Branco)
Conselho Tutelar de Curitiba (João Carlos)
OAB CCA (Sílvia Carneiro Leão)

Conteúdo:

Cineiva Tono: Contextualiza a criação do Comitê Protetivo Intersectorial para Covid-19 do TJPR, em 2020, sob a coordenação da Dra. Noeli Salete Tavares Reback - Juíza Coordenadora Estadual CIJ-TJPR, e a organização dos dois Grupos de Trabalho-GTs, um para tratar das crianças e adolescentes em situação de acolhimento e outro com o foco no enfrentamento e na prevenção de violências contra crianças e adolescentes paranaenses. A coordenação do GT de violência ficou a cargo da Coordenação-Geral da Força-Tarefa Infância Segura, que à época – julho a setembro/2020, Dr. Felipe Hayashi e, posteriormente, outubro /2020 até os dias atuais, sob responsabilidade do Dr. Silvio Jardim. Em síntese, foram realizadas 11 reuniões no decorrer de junho a dezembro/2020 com foco na análise dos dados de BOs de crimes contra crianças apresentados pelo CAPE/SESP, e na criação de um Sistema Integrado de Dados de violências entre os Órgãos e Instituições e na elaboração do Acordo correspondente. Vale informar que na 13ª Reunião do GT ficou acertada a subdivisão dos temas tratados no GT, ficando a criação do Sistema integrado e do Acordo, bem como das ações de enfrentamento de violências sob coordenação da SESP, como já era a coordenação da ação 07 do Pacto



Infância Segura, desde o princípio, fevereiro 2019, e os temas/ações de prevenção sob responsabilidade do DEJU/SEJUF/FORTIS.

Pedido de leitura das atas que estão disponíveis no Portal Infância Segura, em especial do anexo a ata de nº 12 e nº 13, com as sugestões de ação para prevenção, dadas pelos partícipes no decorrer de todas as reuniões do GT.

Exemplos dessas sugestões é a questão do trabalho infantil, importância de tratar o tema para além dos tipos de violência, já abordado no Curso Fortis em 1ª e 2ª edição do Curso Fortis. Porque é assim que vamos trabalhar no âmbito do “GT de Prevenção”, com uma maior profundidade nos temas, priorizando os já contemplados no Pacto Infância Segura. Em conversa com Flávio Balan (PC), foi solicitado por ele um aprofundamento na questão da escuta especializada. Cineiva informa que o DEJU/FORTIS está, justamente, neste momento, desenvolvendo com a Dra. Ellen, delegada titular do NUCRIA, com auxílio da Delegada Livia Pini de Londrina e da Dra Tarcila Teixeira (MP) um curso para escrivão da polícia civil para otimizar os mecanismos de registro e investigação de violências contra crianças. Enquanto a minuta do decreto da lei 13.431 de 2017 está na PGE pela segunda vez buscando aprovação, vamos pensando como compor o Curso para aprofundamento de conteúdo contemplado nessa Lei.

SESP PC - Flávio Balan: Desenvolve trabalho na área de psicologia do NUCRIA. Hoje estamos em 5 profissionais atendendo Curitiba e Região Metropolitana. Uma problemática que se percebe é que há falta de informação para denúncias. Outra preocupação diz respeito aos boletins de ocorrência, seria bom uma triagem dos registros, muitas vezes utilizados como arma de briga entre os pais para causar alienação parental.

Quanto ao Funcionamento do NUCRIA: tem a entrada em que se recebe as denúncias, hoje atendemos na hora, antes tinha que esperar meses para a escuta e a declaração do responsável pela denúncia. Os escrivães passaram por curso na prática de escuta da entrevista, curso interno. Os escrivães atendem a partir de 14 anos. Mas, a principal preocupação é no depois, normalmente a criança ficará desassistida e sem um cuidado psicológico. Devemos propor mecanismos para mudar esse quadro, porque o desamparo leva a um ciclo viciosos de violências. Ano passado, foram mais de 2000 atendimentos realizados só no NUCRIA Curitiba. Apenas janeiro deste ano já superou os anos anteriores em número de atendimentos.

A complicação que a demora no atendimento traz é lidar com as falsas memórias da criança e do adolescente. O quanto mais rápido se realiza essa escuta, melhores e mais precisos são as informações trazidas por ela.

OAB - Silvia Carneiro Leao: Coisas a serem melhoradas no NUCRIA: Os cursos devem contemplar os Conselhos Tutelares e escolas. Já presenciou o Conselho Tutelar fazendo o adolescente repetir na ante sala da delegacia a violência sofrida. Necessário buscar evitar a contaminação da criança por todas as vezes que ele precisa repetir a história.

SESP PC - Flávio Balan: As mães e os conselheiros podem chegar exaltados na delegacia, falando e gritando para todos a agressão sofrida pela criança. Temos uma sala em separado para que se aguarde o tempo dos procedimentos necessários em separado, buscando o sigilo e evitando constrangimentos. O falar muito a respeito pode levar a criança a adicionar coisas ao relato. Necessário realizar um filtro dessa fala, que pode conter uma fala do adulto e não da criança. A técnica adequada de escuta e de registro



ajuda a separar o que é informação apresentada pelo adulto do que é da criança. Muitas vezes o adulto não consegue suportar a angústia causada pela escuta, a ideia é treinar o adulto para escutar.

OAB - Silvia Carneiro Leao: Buscar expandir o número de instituições conveniadas que realizam o atendimento psicológico às vítimas. Avaliar os convênios firmados entre as instituições que já o possuem e levar a diante.

SESP PC - Flávio Balan: As instituições estão sobrecarregadas e precisam de incentivo financeiro. Também se faz necessário cobrar o adulto a levar a criança para o tratamento. Deveria ser algo compulsório. Precisa trabalhar a família no sentido de outras escolhas que modifiquem o meio familiar.

Cineiva Tono: Conforme dados trazidos pela SESP, a mulher tem atuado como anteparo da violência contra a criança e o adolescente, principalmente durante o período pandêmico. Estamos buscando aliança com a CEVID do TJPR, com o Departamento da Mulher da SEJUF, para coordenar o GT de forma articulada à política da mulher. "Cuidar da mulher é também cuidar da criança e do adolescente".

Também o Curso sobre revelação espontânea está no foco de formação da Fortis.

Rede de Proteção de Curitiba - Maria Isabel Moutinho Branco: Realiza capacitação com as pedagogas de referência das escolas públicas estaduais. E analisa que formar os profissionais é muito complexo, porque muitos não aguentam mesmo a escuta da violência. A possibilidade de revelação aumenta conforme o número de alunos das instituições, se fazendo necessário um maior número de profissionais capacitados. A formação presencial é mais efetiva, apesar de as lives atingirem um número maior de profissionais.

Cineiva Tono: Pensar junto a Maria Isabel o curso de revelação espontânea, com a experiência que a rede de proteção de Curitiba possui.

Mencionou acerca do Curso de Planejamento Estratégico para fortalecimento da rede de proteção sob coordenação do DEJU junto à Secretaria de estado de Planejamento para ofertar aos municípios que fizerem a adesão à FORTIS. Ideal seria a participação de docentes que já atuam na rede de proteção. lembrou de um pedido dos conselheiros tutelares acerca de maior profundidade dos temas no Curso da FORTIS, principalmente de ordem prática. Possibilidade de desenvolvermos, a princípio, na região de Curitiba, um curso híbrido, semipresencial, trazendo estudo de casos.

Conselho Tutelar de Curitiba - João Carlos: O Curso da FORTIS é bom, mas é amplo, não fala diretamente para a classe dos conselheiros tutelares, como por exemplo com diligência técnica nos casos. Iniciar o curso ensinando como realizar o preenchimento do SIPIA, o Paraná e o que mais alimenta o sistema, mas observamos que alguns casos são preenchidos de forma errada e/ou incompleta.

Cineiva Tono: Deve-se, assim, planejar uma capacitação prática no laboratório de informática das escolas públicas estaduais, por exemplo, para exercitar o acesso ao SIPIA. Para isso, faz-se necessário entrar em contato com a Juliana do DPCA.

OAB - Silvia Carneiro Leao: Registro quando vem do conselho vem de forma genérica, não aprofunda sobre a raiz do problema. Deve-se criar mecanismos para verificar as raiz do problema, de forma esmiuçada. As consequências por falta do registro suficiente é que, quando o caso chega ao juiz já montado e sem especificidades, ele dará uma



decisão sempre no mesmo sentido.

Encaminhamento:

- Chamar reunião da ação 15, Trabalho Infantil, para planejar e compor o curso sobre trabalho infantil - responsabilidade Amanada e Jaqueline.
- Verificar o atendimento pós notícia crime. Conversar com o CEDCA e solicitar o desenvolvimento de um curso sobre mobilização de recursos do FIA, para as instituições.
- Verificar com o DPCA o Curso para os conselheiros tutelares, com docentes indicados pelos conselheiros.
- Entrar em contato com os gestores do SIPIA, Secretaria Nacional da Criança, levando os apontamentos feitos pelos conselheiros tutelares sobre as modificações a serem realizadas no sistema para melhorias e otimização de registros.
- Dar continuidade no planejamento do Curso para as delegacias, às vistas do NUCRIA Curitiba, acerca do atendimento adequado de casos de crimes envolvendo crianças e adolescentes.

Elaborada por Jacqueline Silva Monteiro, Residente Técnica.

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2021.

Cineiva Tono
Gerente de Projetos –DEJU/SEJUF